

De como se pode pensar uma literatura de viagens sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII no bojo da constituição do Iluminismo português

Resumo

O objetivo é o de buscar demonstrar as possibilidades de percepção de uma construção textual de Moçambique a partir dos textos produzidos e entendidos como *literatura de viagens*, isto é, o conjunto de textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra, ar ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial. E não só à viagem enquanto deslocamento, percurso mais ou menos longo, mas também ao que, por ocasião da viagem, parece digno de ser registrado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas que, por contraste (outra forma de deslocamento) com as origens dos viajantes, forma um texto homogêneo e que participa desta mesma intencionalidade.

Palavras-chave: iluminismo português; literatura de viagens; administração colonial

Abstract

The purpose is demonstrate the possibilities of the perception of Mozambique as a textual construction from the texts produced and understood as *voyages literature*, that is the collection of literary or documental texts what looks for a special identification in the travel (by sea, land, air or imaginary routes). And not only the voyage as a displacement, long or short travels, but also to, by the journey occasion, looks worthy of be registered: land descriptions, inhabitants habits and practices, anthropological and historical situations that by contrast (another way of displacement) with the travelers origins creates a homogenous text and participates of same intention.

Keywords: Portuguese enlightenment; voyages literature; colonial administration.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Integrante do CEDOPE • Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses • UFPr. Esta comunicação apoia-se em pesquisas realizadas em Portugal por meio de bolsa-sandwich da CAPES. A documentação utilizada foi obtida graças ao apoio do CNPQ e da Fundación Carolina ao projeto "Los naturales de Brasil, criollos, en el marco de las Ciencias Naturales de la Ilustración Portuguesa"

De como se pode pensar uma literatura de viagens sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII no bojo da constituição do Iluminismo português

José Roberto Braga Portella*

Mesmo antes da ascensão do Marquês de Pombal ao poder, ainda durante o reinado de D. João V, já é possível localizar alguma presença das Luzes influenciando a renovação do pensamento em Portugal. Esta presença manifesta-se pelo surgimento de academias, laboratórios, traduções e edições de obras ligadas ao Iluminismo¹.

Para exemplificar essa renovação, pode-se citar a paulatina adoção do método cartesiano e da física newtoniana nas práticas científicas; a superação da neo-escolástica em prol do experimentalismo de origem inglesa na filosofia; e a assimilação da poética de Boileau, acompanhada pela condenação da poesia seiscentista, principalmente em sua vertente gongórica.

De acordo com Ivan Teixeira,

Alguns indícios dessa mudança podem ser surpreendidos nos trabalhos de divulgação científica do engenheiro-mor de D. João V, Manuel de Azevedo Fortes, que estagiara longamente em faculdades estrangeiras. Importa também conhecer a permanência de dois médicos portugueses em grandes centros europeus: Jacob de Castro Sarmiento, que programou traduzir a obra de Francis Bacon, e António Nunes Ribeiro Sanches.²

Ainda segundo Teixeira,

No âmbito das humanidades, convém citar D. Francisco Xavier de Meneses, Conde da Ericeira, que além de traduzir a *Arte Poética* de Boileau, estimulou a produção e a divulgação de uma cultura renovada em Portugal, a partir dos encontros em sua biblioteca, com cerca de 15 mil volumes. Dentre os frequentadores da biblioteca do Conde da Ericeira, contava-se o Pe. Rafael Bluteau, cujo *Vocabulário Latino e Português*, editado entre 1712 e 1722, revela uma amplitude enciclopédica própria da segunda metade do século XVIII.³

O universo das Luzes portuguesas é bastante variado e multifacetado, embora ao longo das chamadas ‘Luzes Joaninas’ e ‘Luzes pombalinas’ não se detecte algum laivo de originalidade propriamente dita. Esta falta de originalidade em sentido estrito coloca em questão uma pretensa unidade conceitual que pudesse ser atribuída aos pensadores e/ou vulgarizadores portugueses do Iluminismo.

Percebe-se um certo comodismo em diversos autores, que aceitam um tanto acriticamente, o conceito de Iluminismo em Portugal como derivado do termo italiano *illuminismo*, para caracterizar o movimento das idéias que fez contraposição à escolástica na filosofia e educação, à herança seiscentista no campo da literatura, das artes e do pensamento. “Como se a pretensa unidade de concepções a respeito do Homem, de Deus e da Natureza, aferidas por uma mesma escala de valores e de prioridades educativas, emprestasse, por si só, uma finalidade idêntica às expectativas de progresso no mundo católico”⁴.

Como afirma Ana Cristina Araújo, “globalmente, a irradiação contrastada das Luzes em Portugal resulta mais dos antagonismos de percurso intelectual realizados no âmbito de uma cultura cosmopolita e não tanto do seu afunilamento à órbita de influência italiana”⁵.

Pombal e vários outros portugueses que seguiram para o exílio ou o exterior por diferentes razões ao longo do reinado de D. João V, vieram posteriormente a contribuir de forma decisiva para a modernização de Portugal. Estas personagens ficaram conhecidas pelo epíteto de “estrangeirados”. Na época, “estrangeirar-se” significava conhecer Portugal de fora e avaliar os efeitos do isolamento em comparação com a Europa culta, segundo a formulação clássica de António Sérgio⁶.

O conceito do “estrangeirado” como arauto da modernidade foi e é utilizado pela historiografia portuguesa, embora várias vezes já tenham se levantado para criticar tal uso. De Jorge Borges de Macedo em 1974 a Ana Cristina de Araújo em 2003, passando por José Luiz Cardoso em 1989, para citar três

historiadores de destaque na historiografia portuguesa atual que tocam diretamente neste ponto. Todos os três levantam a questão do carácter ideológico de se “analisar o processo da modernidade em termos exautorantes, expoliatórios e dicotómicos, mobilizando para tal categorias abstractas, ideologicamente substantivadas, como as de ‘estrangeirados’ e ‘castiços’”.

Esse carácter ideológico produz um erro de perspectiva grave do ponto de vista historiográfico, que como salienta Jorge Borges de Macedo, embasa-se numa divisão das sociedades em avançadas ou atrasadas em função da abertura que manifestam ao exterior, tal como pretendia fazer crer António Sérgio. E ainda, na formulação de José Luiz Cardoso, na crença de que apenas a ação de alguns indivíduos iluminados é que proviria a pulsão modernizadora da sociedade.

De acordo com a lógica inerente ao conceito de “estrangeirado”, se eleva como decisiva a influência exercida pelo escol ilustrado proveniente do exterior, e que serve de veículo propagador para a cultura filosófica e científica das Luzes. Ora, segundo Araújo,

Com esta carga valorativa, o termo “estrangeirado” continua, por comodidade ou desmazelo crítico, a invadir erráticamente o discurso dos historiadores. A reiteração deste erro não reaviva apenas uma querrela carregada de ressonâncias ideológicas – o sentido polémico da reflexão de Borges de Macedo é disso exemplo. Desvirtua, acima de tudo, o universalismo que caracteriza o comércio de ideias no século XVIII e adopta, quase à letra, - o que é mais grave - a própria concepção de Progresso das Luzes. À semelhança do que pensavam os filósofos do século XVIII, também os historiadores que postulam a primazia da acção dos “estrangeirados” no processo de modernização cultural do país fazem depender a superação de desfasamentos culturais cronologicamente simultâneos de uma vanguarda intelectual alienígena, condenada a ser, em termos históricos, porta-voz do futuro.⁸

Uma outra questão inicial referente ao iluminismo português é a problemática de sua periodização, pois para Araújo,

Convencionalmente, fala-se em “Luzes Joaninas”, reportadas ao período de governação de D. João V, “Luzes Pombalinas”, exclusivamente centradas nas reformas de ensino e da Igreja promovidas pelo marquês de Pombal, e em Viradeira, para significar o retrocesso decorrente da política “repressiva” e “reaccionária” de D. Maria I no campo da cultura. Ora, esta classificação, perfeitamente incongruente, não só perpetua a visão ideológica da historiografia liberal e republicana a respeito do pombalismo, como obscurece o brilho e o alcance de inúmeras e importantes manifestações culturais anteriores e posteriores a Pombal.⁹

Além disso, essa classificação acaba por esconder o já pálido resultado das estratégias de modernização dirigidas pela monarquia joanina, principalmente em relação à intensidade e ritmo de propostas de reformas culturais e sociais oriundas do que viria a ser posteriormente conhecido por sociedade civil.

Em razão de vários estudos disponíveis, observa-se que o efeito de sombra da mentalidade barroca faz frente à clivagem provocada pela recepção da querrela de origem francesa entre “antigos” e “modernos”. Os “modernos” se caracterizariam por professarem fé na ciência e no progresso e apregoarem a necessidade de uma nova estética literária. No entanto, estes mesmos “modernos” não conseguiriam desfazer-se do peso das chamadas convenções herdadas facilmente.

Portanto, será sob o signo da dualidade, da ilusão compartilhada e persuasiva da mentalidade barroca, com todo seu arsenal de representações, que as Luzes se introduzem em Portugal, na primeira metade do século XVIII.

De todo modo, a proclamação enfática de uma superioridade dos “modernos” frente aos “antigos” veio a contagiar o pensamento de muitos eruditos portugueses. E, seguindo os passos de Araújo - em sua análise habermasiana do espaço público como produtor da abertura ao movimento de ideias das Luzes¹⁰ -, pode-se perceber o papel primordial desempenhado pela opinião pública esclarecida na disseminação dos ideais iluministas de progresso, civilização, tolerância e felicidade geral¹¹.

Além do reformismo educacional de Pombal, as décadas de 1750-60 do século XVIII representam um ponto de viragem importante na recepção das diferentes correntes de pensamento europeu ilustrado. Segundo Ana Cristina Araújo, “os efeitos desse insinuante movimento de abertura observam-se, com evidência, no decurso das décadas de setenta e oitenta do século XVIII, no rescaldo da reforma da Universidade de Coimbra e sob o impacto da propagação do enciclopedismo francês”¹².

No entanto, essa recepção do pensamento europeu ilustrado também é alvo de dúvidas e incertezas, principalmente quanto ao efetivo alcance das relações entre a cultura portuguesa e a cultura científica europeia alicerçada na revolução científica, que se havia cristalizado com a edição dos *Philosophiae naturalis principae mathematica*, de Isaac Newton em 1687.

De acordo com alguns viajantes europeus setecentistas, o panorama em Portugal era de muitas dúvidas quanto à sua inclusão na Europa bem pensante, pois segundo Giuseppe Gorani em suas andanças pelas terras lusas entre os anos de 1765 a 1767,

Tanto eu como o alegre bando dos jovens estudantes de Coimbra desejávamos chegar cedo à grande cidade de Évora...O que posso afirmar é que todos estes jovens tinham colhido muito proveito dos seus estudos. Nos colégios da Universidade de Coimbra seguiam-se ainda as velhas rotinas, ensinando-se a Física de Aristóteles e a História Natural de Plínio; não obstante, os professores destas ciências estavam a par de todas as descobertas modernas e delas, por sua vez, informavam os alunos, de maneira que até na astronomia ali se conheciam as teorias de Copérnico, de Kepler, de Galileu e de Newton. Estes moços conheciam também as descobertas dos Académicos do Cimento e tinham lido as Actas das Academias de Berlim, de Petersburgo, de Paris e as Transacções Filosóficas de Londres...Haviam-me recomendado a Universidade de Évora mas, logo que a vi, verifiquei que aquilo a que tão impropriamente se designava por Universidade não passava de uma escola pública onde apenas se ensinava Latim e Humanidades, porque todos aqueles que desejavam dirigir os filhos para os estudos do Direito, da Teologia, da Medicina, das Matemáticas e da Física enviavam-nos para Coimbra, onde existe a única verdadeira Universidade de Portugal.¹³

E essas imagens literárias de tonalidades pouco atraentes, mesmo que eivada por imprecisões e contradições, são obra de um pensamento racionalista e iluminista ao qual se junta no ano de 1796, a voz de J. B. F. Carrère,

Se percorrermos os fastos das ciências, bem como os da literatura, quais são os nomes portugueses neles inscritos?...A física neste país, está na infância; apenas se sabe que existe uma física fundada em princípios rigorosos, constantes observações, experiências belas e luminosas, ainda aqui se ignora o uso e a aplicação da física no progresso das ciências, os géometras não merecem confiança, os botânicos são desconhecidos, os naturalistas ignorados. A colecção universal de todas as obras que Portugal produziu nas ciências não alcança o número suficiente para constituir uma vulgar biblioteca particular e se houvesse a pretensão de a reduzir já não digo apenas a bons livros, mas às obras de uma mediocridade aceitável, a biblioteca então não poderia contar mais de duzentos volumes...Portugal, situado no extremo da Europa, apenas mantém com as outras nações relações comerciais...Privado do contacto com os sábios, sem correspondência com os homens instruídos... Portugal possui uma Universidade; esta Universidade, porém, contribui para a manutenção da ignorância...Existe em Lisboa uma Academia das Ciências, que aliás, não tem qualquer utilidade, só se prestando ao ridículo...Em Lisboa existem também quatro gabinetes de física experimental: um pertence ao marquês de Tancos, outro à Academia das Ciências, mais dois na Casa dos Oratorianos, nas Necessidades, e no Mosteiro de São Vicente de Fora, dos monges regulares de Santo Agostinho.¹⁴

Esses são, sem dúvida, olhares reducionistas, simplistas e mesmo distorcidos acerca da realidade portuguesa da segunda metade do século XVIII, que nos oferecem o italiano Gorani e o francês Carrère¹⁵. No entanto, não se pode deixar de notar que estes dois testemunhos pessoais comportam uma carga cultural e historicista própria a cada um dos seus autores, pois, estes também têm interiorizados o modelo operatório da ciência ilustrada, decorrente do seu espaço e tempo cultural de origem.

De qualquer modo, pode-se afirmar que a atitude desses dois viajantes europeus por Portugal, não deixa de mostrar-se paradigmática do que corresponderia ao papel que cabia aos chamados homens cultos. Em nome da ciência, da verdade e do progresso, eles deveriam denunciar, por todos os meios disponíveis, a ignorância e os erros do passado.

Segundo Araújo,

Explorando os fundamentos filosóficos da comunicação instaurada por aqueles que deram voz ao combate intelectual das Luzes, Habermas salientou que a demarcação entre o domínio interno da crítica e a sua manifestação pública está directamente relacionada com a emergência de uma esfera pública literária, de cariz burguês. Neste contexto, as convicções privadas, respaldadas por argumentos éticos, amplificam os efeitos políticos das tomadas de posição dos críticos. A formulação desta instância filosófica de regulação da sociedade civil é expressamente defendida por John Locke no *Essay Concerning Human Understanding* (1690), obra que, apesar de proibida em Portugal, foi objecto de leitura atenta de boa parte dos nossos filósofos, políticos e publicistas.¹⁶

Independente da interpretação que se possa atribuir à emergência da opinião pública no período das Luzes – em razão das diferentes acepções filosóficas e/ou ideológicas que aquela noção foi se revestindo, de Locke a Bayle ou de Rousseau a Kant -, a sua manifestação nunca ocorreu de modo pacífico.

No plano político, instaura uma modalidade alternativa de representação, sem ligação a qualquer poder instituído (seja ele monárquico, parlamentar ou administrativo) e, no plano cultural, “postula a evidência de

uma unanimidade”, suportada, sem distanciamento aparente, por aqueles que realmente dão voz à chamada opinião pública, ou seja, as elites esclarecidas¹⁷.

Para Araújo,

Neste processo de comunicação, a imprensa periódica, ao reunir e devolver a um maior número de leitores as directrizes de pensamento de vários autores, amplifica o exercício da crítica e cimenta, idealmente, o espaço reservado à opinião pública. Na verdade, os jornais de vocação literária e científica, típicos das Luzes, publicitam as opiniões dos sábios, organizam a subscrição das suas obras, dão a conhecer as controvérsias do momento, enfim, dirigem a leitura no interior de campos previamente definidos.¹⁸

Em Portugal, tal como em vários países europeus, ocorre um incremento significativo na imprensa periódica no período pós-1740. Segundo o levantamento realizado por João Luís Lisboa, registam-se entre 1701 e 1800, 65 novas publicações periódicas. Destas, 54 são posteriores a 1751. Este levantamento não leva em consideração os inúmeros jornais manuscritos, de expressão relativamente insignificante¹⁹. Apesar deste dinamismo editorial, pode-se afirmar que a pluralização da leitura é precária, em vista de que a esmagadora maioria destes jornais não sobrevive mais do que uns poucos números ao longo de alguns meses ou anos.

A maioria desses periódicos surgidos na segunda metade do século XVIII traz conteúdos voltados para as preocupações típicas dos chamados homens ilustrados, tais como, as estéticas, as académicas, as filosóficas, as literárias, as económicas e até mesmo as religiosas.

De maneira coerente com a relação ambígua e paradoxal de Portugal com a Modernidade, esse momento de expansão do editorialismo lusitano conheceu uma difícil situação, uma vez que a obra reformadora de corte iluminista conduzida pelo ministro de D. José I fazia da **escola** o ponto central da unidade moral da nação e da **censura** o bastião de defesa da ideologia do Estado.

Essa complicada coabitação entre o absolutismo esclarecido pombalino e a imprensa periódica, que mostrava-se cada vez mais permeável às novidades literárias estrangeiras, resultou num verdadeiro impasse crítico. Desse modo, o chamado primeiro pico expansionista do jornalismo português veio a sofrer uma abrupta interrupção entre os anos de 1765 e 1777.

Desprovida de grandes recursos e sujeita a um controle férreo, a imprensa periódica, principalmente a de extração literária e filosófica, conheceu um forte revés quando da criação da Real Mesa Censória, em 1768. O processo de uma morte lenta conhecida pelo jornalismo português coincide, assim, com o período áureo da política cultural pombalina²⁰. Esta política cultural é assim sintetizada por Araújo: “Assente na expulsão dos jesuítas (1759), na criação da Directoria Geral dos Estudos (1759), na reorganização da censura (1768), na criação da Imprensa Régia (1769) e na instauração de um programa nacional de educação, abrangendo o ensino elementar, prático ou técnico, universitário (1759-1772) e nobiliárquico (1766)”²¹.

Assim, é apenas após 1778 que se retoma a curva ascendente interrompida em meados dos anos 60, conhecendo-se ao final da década de 80 uma expansão, ainda que limitada e fortemente vigiada, do jornalismo literário e enciclopédico.

Uma outra área de atuação da Real Mesa Censória dizia respeito à vigilância exercida sobre o comércio e edição de livros. O Regimento da Real Mesa Censória, de 18 de maio de 1768, previa regimes excepcionais de posse e uso de livros absolutamente proibidos. Tinham direito a adquirir tais livros a Universidade e as comunidades religiosas, aos quais poderiam juntar-se os teólogos, juristas e homens de letras, desde que alegassem que a leitura de tais livros era imprescindível para o exercício dos seus magistérios. A partir de 1779, também a recém-constituída Academia Real das Ciências de Lisboa passaria a gozar de idênticos privilégios.

A principal obra do reformismo educacional pombalino é sem dúvida a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, que pode-se dizer que se constitui no mais forte indício da orientação ilustrada do governo de Pombal. Em termos gerais, a maior renovação se deu através da reformulação do conceito de universidade, operacionalizada pela reforma de seus novos estatutos.

O reitor nomeado pelo marquês de Pombal, Francisco de Lemos, para promover as reformas no ensino superior português, vai redefinir o conceito e a função da universidade. Para Lemos, a universidade não deveria ser um corpo isolado do Estado ou da sociedade. Pelo contrário, deveria constituir-se no coração do Estado, pois através de seus professores seriam criadas e promovidas as luzes do saber, as quais, posteriormente, seriam difundidas por todo o reino com a finalidade de revitalizar a administração pública e promover a felicidade dos homens, tal como imaginavam os iluministas²².

No período anterior à expulsão dos jesuítas, o ensino superior em Portugal funcionava apenas como

mais um diferenciador hierárquico, uma vez que o diploma não conferia propriamente o grau técnico de bacharel. Na verdade, reafirmava, para os indivíduos, uma condição social pré-existente ao seu ingresso na universidade.

A sociedade portuguesa em tempos pombalinos almejava diferenciar-se dessa concepção hierárquica, colocando-se como uma sociedade embasada nos princípios da Lei e da Razão. Assim, como chama a atenção Fernando Taveira da Fonseca, “a universidade não pode conceber-se isolada da sociedade que a gera e a mantém”²³. O meio de introduzir as novas concepções a respeito da Universidade e sua função social será pela via da reforma de seus Estatutos.

Como forma de imprimir marca indelével a tal vontade – “secularizar as instituições de ensino, submetendo-as à tutela do Estado”, nas palavras de Araújo -, a própria cerimônia de entrega dos novos Estatutos acabou por assumir ares de uma verdadeira inauguração de uma Nova Universidade de Coimbra.²⁴

Como sintetiza Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz,

Contra o “notório Systema de ignorancia artificial” foram compilados os Estatutos de 1772 “para a restauração das sciencias, e artes liberaes”, apresentados na forma de três livros²⁵. O primeiro referia-se ao Curso Teológico, o segundo aos Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis e o terceiro aos Cursos das Ciências Naturais e Filosóficas. Com notório exagero, os Estatutos pretendiam fazer crer que o estudo das modernas ciências inaugurava-se naquele momento, fazendo *tabula rasa* de todo o saber anteriormente acumulado pela elite intelectual portuguesa.²⁶

Os Estatutos estabeleceram duas grandes áreas de conhecimento: as Ciências Positivas, englobando os Cursos de Teologia e Direito e as Ciências da Razão, englobando os Cursos de Ciências Naturais e Filosóficas, em que ao Curso de Medicina juntam-se os novos Cursos de Matemática e Filosofia. Foi através dos Cursos desta última área, que se introduziu oficialmente pela via dos Estatutos, os estudos das chamadas modernas ciências da natureza e a prática do método científico de matriz newtoniana.

Como mencionado acima, os acontecimentos científicos e intelectuais mais relevantes da Europa eram acompanhados pelos portugueses ilustrados, tanto nos salões e associações particulares de Lisboa, Porto e Coimbra, como nas Universidades de Coimbra e Évora e no Colégio de Santo Antão em Lisboa.

Como afirma Cruz,

Nesse contexto, cabem ser relativizados os textos que, a propósito da luta anti-jesuítica, levavam de roldão, no turbilhão devastador de Pombal, o esforço de toda uma geração de portugueses ávidos por participar da efervescência político-cultural que se operava além Pirineus e cujas notícias chegavam a Portugal através de vários canais. O próprio Pombal e seu gabinete beberam das idéias de “expatriados” como Verney, Ribeiro Sanches e Jacob Sarmiento, dentre outros, acabando por aproveitar muitas de suas propostas na consecução do projeto reformista.²⁷

Portanto, sem reduzir o papel de extrema relevância assumido pela Reforma dos Estatutos da Universidade Coimbra de 1772, pode-se perceber mais uma vez os traços de ambiguidade da relação de Portugal com a Modernidade, ou seja, “permeada tanto por continuidades quanto descontinuidades, o ministério pombalino assumiu a Ilustração possível, vale dizer, a modernização possível num contexto de interesses contraditórios”²⁸. Ou ainda, como ressalta Francisco Falcon, “Tocamos enfim no ponto essencial: o ecletismo. É sem dúvida a marca registrada da prática ilustrada em Portugal. É o ecletismo que tenta harmonizar num todo coerente aqueles elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e religiosa e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo”.²⁹

A Universidade Coimbra não será a única instituição a se responsabilizar pela assimilação e incorporação das atividades científicas à lógica dos interesses do poder régio. O Estado português que já valia-se da utilização crescente de “laboratórios, gabinetes, museus, jardins e demais instituições de caráter especulativo, passou a concentrar as suas atividades também nas viagens filosóficas, numa estreita relação com os naturalistas-utilitários da Academia Real das Ciências”.³⁰

A Academia Real de Ciências criada em 1779, tinha como objetivos expressos em seu Plano de Estatutos, “promover o aumento da agricultura, das artes e da indústria popular cuidando em introduzir o amor à ocupação e a toda espécie de trabalho, que possa redundar em benefício da pátria”³¹, irá tornar-se “um dos poderosos instrumentos da política colonial do Estado Português”, uma vez que pode-se considerar que “o esforço coletivo dos sócios da Academia redundou, no plano teórico, em uma espécie de fusão do sistema econômico mercantilista, ancorado, nesta etapa da exploração colonial, na agricultura, com a idéia de um Sistema da Natureza viabilizado pela história natural”.³²

Ao longo de e por todo o Império Ultramarino Português, como parte da política colonial do Marquês de Pombal - caracterizada pela forte administração centralizada -, ocorre a necessidade de obter-se um maior conhecimento sobre o que se passava pelas diversas colônias, exigindo deste modo, constantes relatórios sobre a situação política, econômico-financeira e administrativa de tais territórios.

O esforço pombalino na obtenção de um máximo de informações possíveis sobre o espaço ultramarino, proporciona uma profusão de textos, mapas, e outros informes, que são elaborados com o fito de elucidar a coroa a respeito dos diversos territórios com que os portugueses entraram em contato e acerca das possibilidades de melhor aproveitar os seus recursos.

A participação, e exercendo um papel fundamental, da Universidade de Coimbra nesse processo, pode ser percebida através deste trecho dos seus Estatutos referente ao ensino da Matemática,

Por elas se regulam as Épocas, e Medidas dos tempos; as situações Geográficas dos Lugares; as demarcações e medições dos Terrenos; as manobras, e derrotas da Pilotagem; as operações táticas da Campanha, e da Marinha; as construções da Arquitetura naval, Civil, e Militar; as Maquinas, Fabricas, artificios, e Aparelhos, que ajudam a fraucza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossivel às suas forças; e uma infinidade de outros subsidios, que ajudam e promovem, e aperfeiçoam vantajosamente um grande número de Artes úteis, e necessárias ao Estado. Por todas estas razões pede o Bem público dos meus reinos, e Senhorios, que entre os meus Vassallos haja sempre mathematicos insignes, de cujas idéias se utilizem os Povos e que possam ser proveitosamente empregados no meu Real seviço.³³

Como Cruz comenta a respeito desse trecho,

Este excerto pode ser lido como uma mostra formidável do universo mental do Estado português setecentista. Através da explicitação das utilidades da matemática, percebe-se como que um re-construir da epopéia portuguesa dos descobrimentos e de domínio da natureza, agora sob os auspícios das modernas ciências exatas e dos novos conhecimentos técnicos. A matemática seria útil por ensinar a dominar o tempo antropológico, tempo dos homens. Homens em movimento que, ao desvendar novas geografias, recorrem à matemática para construir territorialidades, demarcando e medindo a posse da terra. A intenção de retornar a esse mundo alargado exigiria, ainda, o conhecimento científico da matemática para traçar rotas precisas dos caminhos por terra e por mares. Para a concretização da posse e defesa das terras, concorrem as técnicas construtivas dos navios, das edificações e fortificações. Implícita nas referências às máquinas e fábricas, aos artificios e aparelhos, e à “uma infinidade de outros subsidios” estava a idéia do progresso técnico, ajudando os homens a superarem sua fragilidade física. Finda o discurso utilitário com, uma palavra de pragmatismo aos futuros “mathematicos insignes”: um emprego régio a serviço do bem público.³⁴

Até a última década do século XVIII, pode-se dizer que a literatura europeia a respeito dos espaços não-europeus encontrava-se dividida entre dois pólos distintos. Por um lado, o caracterizado como científico, que englobaria as “descrições de viagens e inúmeráveis livros de história natural taxonômica”, e por outro lado, o caracterizado como sentimental, que englobaria as “narrações de viagens, novelas e poesia romântica do sublime”³⁵.

Para Mary Louise Pratt, a experiência que melhor traduziu essa polaridade foi a da expedição científica de Charles Marie de La Condamine ao continente americano (Peru) com a finalidade de “medir a longitude exata de um grau no equador”, realizada entre os anos de 1735 a 1745.

A expedição de La Condamine, mesmo levando em conta seus inúmeros percalços, alcançou sucesso. E, talvez por causa desses, seja “mais lembrada por sua carga dramática do que por seus êxitos científicos”. Segundo Pratt,

Os expedicionários sofreram muitos desastres e quando, dez anos depois de sua partida, regressaram à Europa, não levavam mostras de botânica mas, somente, relatos horripilantes de espionagem, intrigas, assassinatos, doenças, sofrimentos e amor. Eram histórias relatadas em um estilo facilmente reconhecido para os europeus: o estilo dos naufrágios, do sofrimento e da sobrevivência que tinha sido o modelo utilizado na literatura de viagens desde o século XVI.³⁶

Para Pratt, “a poética dessa ‘literatura de sobreviventes’ exigia um equilíbrio aristotélico entre a instrução e o divertimento”³⁷. Além dos apêndices concernentes às descrições dos costumes, da fauna e da flora, era fundamental a presença dos elementos de emoção e os exóticos ao lado do “drama moral da redenção”.

Ao que parece Pratt desconhece que os ibéricos, em especial os portugueses, haviam partido para viagens e expedições pelos mares do planeta desde o século XV, chegando mesmo a estabelecer contatos e presença militar e comercial em boa parte dos continentes africano, asiático e americano. Não esquecendo

o fato de os portugueses terem estabelecido a Carreira da Índia desde o início do século XVI.

Esse desconhecimento de Pratt a faz ignorar tanto *Os Lusíadas* como a *História trágico-marítima*, relatos das glórias e tragédias vivenciadas pelos portugueses em suas expedições rumo às riquezas do Oriente³⁸.

No que concerne à escrita sobre as colônias, durante os séculos XVI e XVII desenvolveu-se no Império Português do Oriente uma modalidade específica de descrição. O Império Oriental caracterizou-se por uma proliferação de feitorias ancoradas em fracas bases territoriais, compondo uma espécie de arquipélago composto pelas muitas “pérolas” da coroa. A tal configuração corresponde uma forma quase colecionista de conceber e relatar o Império, que aparece tanto nos textos como nos muitos álbuns de representações iconográficas de cidades, fortalezas e feitorias.³⁹

Conforme o autor, e o objetivo deste, enfatiza-se um aspecto. Ora são as rendas da coroa, ora os cargos públicos disponíveis, ora as riquezas, ora as igrejas, ora os direitos e privilégios. Assim, a descrição desse universo era um desfilar das contas de um rosário, outra imagem possível para esta modalidade de descrição. Nesta categoria enquadram-se as descrições do cronista António Bocarro, muito atento às questões administrativas.

Além destas igrejas há na dita povoação [de Moçambique] outra chamada Misericórdia, que os casados sustentam, com um capelão e toda a mais fábrica, onde exercitam as obras da misericórdia com muita caridade. Nesta casa se ajuntam os moradores casados desta povoação para tratarem em algum particular do bem comum, porque como não têm casa de vereação (porque em tão pequeno povo parece-lhes não é necessária), na dita casa se ajuntam, ou para consultarem o que devem fazer ou para avisarem ao vice-rei se a matéria o pede.⁴⁰

Também pode-se incluir nesta categoria o próprio Luís de Camões que reserva um verso para cada Cidade ou feitoria do Oriente⁴¹.

Este padrão textual só será alterado ao longo do século XVIII, quando a administração das colônias tenderá a burocratizar-se, no sentido weberiano do termo. É a hora e a vez dos chamados Diários de Viagens Philosophicas, Descrições, Memórias, Memoriais, Notícias e Relações, os quais são motivados principalmente por demandas do estado central.

Quando não são escritos sob encomenda, esses textos são provocados por um desejo do autor em “mostrar serviço”, ou ainda como forma de cair nas graças de algum patrono a quem são dedicados.⁴² Outras vezes, eles estão voltados ao mundo acadêmico e produzidos especificamente com o objetivo de serem veiculados nos “periódicos científicos” da época, publicados principalmente nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa.

De acordo com Cruz,

Modelo paradigmático de expedição científica do Iluminismo, a viagem filosófica caracterizava-se pela pretensão enciclopedista de produzir um conhecimento extensivo e detalhado sobre o território visitado. O levantamento minucioso e exaustivo a que devia proceder o viajante naturalista não se restringia às produções do mundo natural; mas abarcava também a investigação sobre a “natureza humana” dos habitantes autóctones.⁴³

São exatamente esses textos de cunho mais voltado aos aspectos científicos e administrativos o objeto deste estudo. No entanto, por seu caráter operativo, ainda que em sua maior parte não realizado, esses textos simultaneamente permitem uma análise a respeito do impacto e dos conflitos entre a visão iluminista - da qual são veículos -, e as práticas sociais secularmente consolidadas no universo colonial português.

Desse modo, origina-se uma vasta literatura compreendendo uma variada gama de formatos literários: relatos, memórias, instruções, notícias, diários -, que foi sendo produzida por administradores e artistas, militares e naturalistas, viajantes e juristas, engenheiros e cientistas.

Tal produção escrita e/ou iconográfica, quer tenha sido feita diretamente sob a ordem oficial ou voltada para tal, vem chamando a atenção de inúmeros historiadores nos últimos anos devido às imensas possibilidades de utilização deste material, seja como testemunho histórico propriamente dito, seja como documento narrativo de intrínseco valor literário.

Essa produção textual, ao ser tratada como fonte documental, presta-se diligentemente para uma melhor compreensão dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais que apoiaram a expansão portuguesa, a partir do século XVI ao longo do chamado Império Ultramarino Português.

Tomando como fonte e objeto de pesquisa o material textual produzido por funcionários, administradores coloniais, militares, cientistas e intelectuais portugueses, sobre Moçambique ao longo da segunda metade do século XVIII como estudo de caso, procuro desenvolver uma análise voltada à percepção da produção de Moçambique como território/campo, em termos tanto administrativos como discursivos. Não é escusado

afirmar que essa *literatura de viagens*⁴⁴ sobre Moçambique produzida pelos europeus, mas também por outros povos⁴⁵, constitui-se num território de conflitos e convergências, em termos não apenas limitados aos aspectos literários⁴⁶.

A preocupação portuguesa com a defesa e preservação dos espaços ocupados no território africano oriental, em razão da cobiça e dos avanços de ingleses, holandeses e franceses, contribuiu sobremaneira no atendimento das solicitações pombalinas pela recolha de informações sobre Moçambique que permitissem tanto um melhor conhecimento sobre suas potencialidades, como para sua defesa enquanto território sob domínio lusitano.

A situação, até mesmo cotidiana, experimentada pela presença portuguesa em Moçambique no século XVIII, ao exigir uma organização administrativa mais apta, composta por um sistema formal e institucional mais eficaz, não podia se dar ao luxo de dispensar uma circulação expedita de protocolos de correspondência, de estudos, de itinerários, ou informações variadas⁴⁷.

No entanto, a pouca ou nenhuma exploração mais sistemática desses textos sobre Moçambique, provoca um certo desconhecimento a respeito deles entre os historiadores. Este desconhecimento, obra do acaso ou de uma construção deliberada, acaba por ocultar uma outra realidade: a necessidade da sua investigação para a revelação desse patrimônio literário e histórico. Os próprios autores dos textos sofrem deste certo desconhecimento, e isto revela-se na desproporção de informações possível de ser obtida a respeito de cada um deles, tanto biográficas como analíticas.

Como afirma Almiro Jorge Lourenço Lobo,

E a referência ao local de produção prende-se também com um aspecto importante: a hipótese de, a partir da leitura dos textos escritos nesse espaço, descobrir a rede de relações que se adivinha nos sujeitos produtores e que se plasma nos textos. Consubstanciar-se-ia o acto de descoberta dos contornos de uma “biblioteca” ou de uma herança literária que ecoa nesse *corpus* textual. Porque, dito de outro modo, a escrita implica a existência de uma leitura e vice-versa.⁴⁸

Desse modo, é possível localizar em alguns dos autores dessa *literatura de viagens* versando sobre Moçambique, o que se poderia denominar de criação de “um espaço singular de confissão e de ocultação de um sujeito que reserva para si próprio o papel de filtro”. Espaço filtrante no qual, este sujeito se coloca como estruturador e gestor de um discurso que se pretende originalmente como objetivo e informativo.

Ao pretender-se como principal testemunha, se destaca a necessária colocação da presença física do narrador em pleno território objeto da escrita. Isto funciona como uma espécie de elemento assegurador de uma “verdade”, anúncio de um “exclusivo de fidelidade relativamente ao que ficaria dito”.⁴⁹

A extrema relevância desse procedimento retórico ultrapassa o mero interesse autobiográfico, pois, “a asserção da observação em primeira mão integra uma estratégia retórica de persuasão, um ‘topoi’ que pretende conferir veracidade ao universo textual construído”⁵⁰.

Portanto, o narrador constrói a si mesmo como figura de sujeito de enunciação, isto é, atribui-se um duplo papel: o de mediador e o de operador. Sua consciência age em dois níveis, “no da interpretação da realidade e no da produção de um novo real, isto é, de um real só concebível enquanto transcrição do que teria sido percebido pelos sentidos”⁵¹.

Notas

¹ Pouco antes da morte de D. João V, ocorre a publicação de duas obras marcantes desse processo de formação do ideário setecentista português: o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney, em 1746, e a *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poética* de Francisco José Freire, em 1748.

² TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999. p.23-4.

³ TEIXEIRA, p.24.

⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 16.

⁵ ARAÚJO, p. 17.

⁶ SÉRGIO, António. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1972. p. 123.

⁷ ARAÚJO, p. 21. Ver também CARDOSO, José Luiz. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um concito a rever. BRACARA AUGUSTA, v. XXVIII, fasc. 65-66. 1974.

⁸ ARAÚJO, p. 21.

⁹ ARAÚJO, p. 18.

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *L'espace public : archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1993.

¹¹ ARAÚJO. *op. cit.* Esta perspectiva inverte o modo usualmente apreendido pela historiografia portuguesa, de atribuir exclusivamente à

política cultural oficial o papel de mola propulsora das mudanças alimentadas pelas elites, através das iniciativas mecenáticas do poder régio ou das reformas educativas empreendidas pelo Estado.

¹² ARAÚJO, p. 19.

¹³ GORANI, Giuseppe. *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. Lisboa: Ed. Lisóptima, 1989. p. 56-9.

¹⁴ CARRÈRE, J. B. F. *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Ed. Biblioteca Nacional, 1989. p. 106-9.

¹⁵ Já em 1725, com Newton ainda vivo, ocorriam digressões com vistas à livre e recreativa divulgação do sistema físico-matemático newtoniano. Tal “divertimento proveitoso” era dirigido “a três classes de pessoas, a saber: fidalgos, estrangeiros e portugueses”, sob a orientação de Luís Baden em umas “casas de conde de S. Miguel, sitas no Bairro Alto”, em Lisboa. A notícia desta Academia ou Curso de Filosofia Experimental está em uma folha avulsa de José Monterroio de Mascarenhas, citada por CARVALHO, Joaquim de. Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães. REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS, Coimbra, v. XX, 1951. p. 92-283. Os resultados de tal iniciativa são desconhecidos, assim como, o da aula pública sobre “Ciência natural” proferida pelo doutor Sebastião Estação de Vilhena, sob patrocínio do padre Rafael Bluteau na mesma época. [BNL. Ms. 187. fl 58v].

¹⁶ ARAÚJO, p. 67.

¹⁷ CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution Française*. Paris: Éditions du Seuil, 1990. p. 35.

¹⁸ ARAÚJO, p. 68.

¹⁹ LISBOA, João Luis. *Mots (dits) écrits : formes et valeurs de la diffusion des idées au XVIII siècle, au Portugal*. Florença: Institut Européen de Florence, 1998. Tese de doutorado.

²⁰ Nesse período destacam-se os seguintes periódicos: Gazeta de Lisboa (1760-1762); O Anônimo (1752-1754); Gazeta Litteraria (1761-1762) e Jornal Encyclopedico (1779-1793). Os três últimos são objeto de análise mais acurada por Ana Cristina Araújo, *op.cit.*

²¹ ARAÚJO, p. 68.

²² LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade (17770)*. Coimbra, 1980. p. 232-3. Francisco de Lemos apenas lamenta o atraso para que tal concepção de universidade tivesse aportado a Portugal. Importante ressaltar que o reitor pombalino, através desse conceito de universidade, deixa perceber que acreditava na idéia da existência de um organismo social coeso e em permanente evolução, cujo desenvolvimento deveria ser administrado por um poder centralizado e forte. Tal como o que ele servia e fazia parte.

²³ FONSECA, Fernando Taveira. *A Universidade de Coimbra (1700-1771) : estudo social e econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995. p.17.

²⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. p. 9.

²⁵ ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE COIMBRA, 1772. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. 3 vol.

²⁶ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas : cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. p. 96-7.

²⁷ CRUZ, p. 98.

²⁸ CRUZ, p. 98.

²⁹ FALCON, Francisco. *A época pombalina : política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p. 430.

³⁰ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808). In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos : Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 492.

³¹ Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com beneplácito de Sua Majestade. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1780, § X. **Apud** CARDOSO, José Luís. Introdução [às] MEMÓRIAS ECONÔMICAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 1789-1815. Lisboa: Banco de Portugal, 1990. vol. 1, p. viii.

³² MUNTEAL FILHO, p. 501.

³³ ESTATUTOS, vol 3, p. 143.

³⁴ CRUZ, p. 107.

³⁵ PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 4, n. 8. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 153. Segundo a autora, “Nesta polarização pode-se reconhecer as duas caras da hegemonia burguesa emergente: a separação entre formas subjetivas e objetivas de autoridade, entre as esferas pública e privada”.

³⁶ Pratt, p. 153. grifo meu.

³⁷ Pratt, p. 153.

³⁸ *Os Lusíadas* são uma obra bastante conhecida, dos melhores exemplos da poesia feita no período. *A História trágico-marítima* trata-se de um “repositório inigualável da psicologia do homem dos descobrimentos, para além do documento filológico – uma prosa narrativa com a qual estamos menos acostumados que com a grande poesia da época, e que nos parece comumente mais longinqua que ela, em seus grandes momentos de enorme expressividade – para além do insuperado romance de aventuras que não deixa de ser, no aspecto mais catastrófico e terrível que se possa atribuir a essas aventuras – é o registro paradoxal das duas grandes forças psicológicas envolvidas na construção do Império da Índia, e na sua perda, ou seja, a cobiça desmedida e a escassez de homens, e a fê religiosa”. BUENO, Alexci. Introdução e notas. In: BRITO, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, Contraponto Editora, 1998. p.IX.

³⁹ Ver, por exemplo, CARNEIRO, António de Mariz. *Descrição da fortaleza de Sofala e das mais da Índia*. Lisboa: Fundação Oriente, 1990. (reprod. Facsímil do original de 1649).

⁴⁰ BOCARRO, António. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992. v. p.15.

⁴¹ “Esta ilha pequena, que habitamos, É em toda esta terra certa escala De todos os que as ondas navegamos, De Quíloa, de Mombaça e de Sofala; E, por ser necessária, procuramos, Como próprios da terra, de habitá-la; E por tudo enfim que nos notifique, Chama-se a pequena Ilha - Moçambique. CAMÕES, Luiz de. *Os Lusíadas* [canto I – 54].

⁴² Esta característica dos textos coloniais portugueses do século XVIII fez com que Thornton e Miller os qualificasse como uma mescla “de autênticos materiais originais, cópias inconfessadas dos predecessores, interpretações grosseiras próximas da distorção aberta e elogios hagiográficos de protetores aristocratas feitos por humildes e suplicantes”. THORNTON, John K.; MILLER, Joseph C. A crônica como fonte, história e hagiografia; o Catálogo dos Governadores de Angola. REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS, n. 12-13, jan.-dez. 1990. p. 54.

⁴³ CRUZ, p. 123.

⁴⁴ Entenda-se *literatura de viagens* como um conceito operatório que agrega num mesmo território um “conjunto de textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra, ar, ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial. E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, mas também ao que, por ocasião da viagem, parece digno de ser registado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas que, por contraste (outra forma de deslocação) com as origens dos viajantes, forma um texto homogêneo e participa da mesma intencionalidade”. CRISTÓVÃO, Fernando. *A literatura de viagens e o contributo árabe*. ACTAS DOS 1º CURSOS INTERNACIONAIS DE VERÃO DE CASCAIS. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1995. p. 331.

⁴⁵ O mosaico cultural moçambicano tem as contribuições de três grupos: os portugueses, a tradição oral dos bantu, e os suahilis (árabes), dos quais lembramos a título de exemplo, um dos mais antigos e belos poemas sobre Sofala, de alegada autoria de Ahmad Ibn-Majid, o piloto árabe de Vasco da Gama. intitulado *As-Sufaliyya*.

⁴⁶ “Olhada como produto alienígena, obstáculo à reabilitação cultural que se ia tecendo na ruptura com o passado histórico, marginalizada pela coerção de um formalismo exclusivista, ou ostracizada por uma ideologização excessiva, conserva, por outro lado, a atmosfera de ineditismo que as coisas não reveladas emprestam à curiosidade humana”. LOBO, Almiro Jorge Lourenço. *A emergência do literário na “Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane, e todo o continente de África Oriental”, de Ignacio Caetano Xavier (1785)*. ACTAS DO SEMINÁRIO MOÇAMBIQUE (navegações, comércio e técnicas). Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 207-8.

⁴⁷ Ou seja, um suporte na versatilidade da escrita, para garantir a eficácia da organização administrativa e das instituições da coroa portuguesa.

⁴⁸ LOBO, p. 208.

⁴⁹ LOBO, p.210.

⁵⁰ LOBO, p. 210.

⁵¹ LOBO, p. 210.